

INSTITUTO OMNI

CADERNO DE PROVAS

**CONSÓRCIO PÚBLICO Nº 001/2026
CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS-SC**

CARGO: ADVOGADO

RASCUNHO DO GABARITO

Marque aqui as suas respostas para
posterior conferência:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

LEIA AS INSTRUÇÕES

1	Confira devidamente o caderno de questões; se houver falha, solicite a troca.
2	Confira seus dados no cartão de respostas: NOME, Nº de INSCRIÇÃO e PROVA. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
3	O cartão de respostas deverá ser preenchido de caneta esferográfica transparente, azul ou preta, sem rasuras e apenas uma ÚNICA alternativa poderá ser marcada em cada questão, preenchendo totalmente o espaço, e não apenas "x".
4	Não amasse nem dobre o cartão de respostas; evite usar borracha. É vedada a substituição do cartão de respostas decorrente de erro cometido por candidato.
5	O tempo de duração da prova será de até 03 (três) horas. O candidato somente poderá retirar-se após 1h (uma) hora e não poderá levar o caderno de questões.
6	Ao final dos trabalhos, devolva ao Fiscal de Sala o <u>cartão de respostas</u> devidamente preenchido.
7	Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer na sala, a fim de acompanhar os fiscais para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local, simultaneamente, depois de concluído.
8	O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação de prova e não poderá utilizar os sanitários.
9	O candidato será eliminado sumariamente caso o celular emita qualquer som.

LÍNGUA PORTUGUESA – 10 QUESTÕES

Leia o texto abaixo e responda as questões de 01 a 05:

O Brasil é o único país do mundo com Pix?

Já existem sistemas similares em todo o mundo, mas não com esse nome. Conheça os países que criaram métodos próprios para facilitar transações financeiras

O Pix, o sistema brasileiro de pagamentos instantâneos mais popular do Brasil, foi lançado em novembro de 2020 pelo Banco Central. Apesar de existir há menos de 6 anos, o método se consagrou rápido entre os brasileiros: no segundo semestre de 2025, 54,7% de todas as transações comerciais foram feitas por Pix. Isso equivale a 78,4 bilhões de transações e R\$ 68,2 trilhões movimentados.

O Pix é exclusivo do Brasil no sentido de que esse nome e a regulamentação criada pelo Banco Central valem apenas aqui. Entretanto, outros países também têm suas ferramentas de pagamento instantâneo, com níveis variados de sucesso.

Victor Bianchin

Redação adaptada:

Disponível <<https://revistagalileu.globo.com>>

01

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta que interpreta a relação entre o Pix brasileiro e os sistemas de pagamento existentes em outros países:

- a) O Pix brasileiro apresenta características próprias, embora outros países também tenham desenvolvido sistemas destinados a facilitar pagamentos instantâneos.
- b) O Pix brasileiro constitui uma inovação exclusiva, pois nenhum outro país desenvolveu sistemas destinados a facilitar pagamentos instantâneos.
- c) O Pix brasileiro tornou-se o principal sistema mundial, pois os demais países ainda não desenvolveram métodos próprios de pagamentos instantâneos.
- d) O Pix brasileiro possui regulamentação internacional, embora outros países utilizem sistemas semelhantes para facilitar pagamentos financeiros.

02

No trecho “O Pix é exclusivo do Brasil no sentido de que esse nome e a regulamentação criada pelo Banco Central valem apenas aqui”, considerando os processos de formação de palavras, assinale a alternativa correta:

- a) “Banco Central” constitui palavra simples formada por derivação, enquanto “Brasil” apresenta composição por justaposição.
- b) “exclusivo” constitui palavra composta por aglutinação, enquanto “regulamentação” resulta de redução vocabular.
- c) “regulamentação” resulta de derivação sufixal, enquanto “exclusivo” apresenta formação relacionada à derivação.
- d) “Brasil” constitui palavra derivada por prefixação, enquanto “regulamentação” resulta exclusivamente de composição.

03

No período “Apesar de existir há menos de 6 anos, o método se consagrou rápido entre os brasileiros”, assinale a alternativa correta quanto a classificação das oração em destaque:

- a) A oração “Apesar de existir há menos de 6 anos” é subordinada adverbial causal desenvolvida.
- b) A oração “Apesar de existir há menos de 6 anos” é subordinada adverbial concessiva reduzida de infinitivo.
- c) A oração “Apesar de existir há menos de 6 anos” é subordinada substantiva objetiva reduzida.
- d) A oração “Apesar de existir há menos de 6 anos” é coordenada sindética concessiva.

04

No trecho “O Pix é exclusivo do Brasil no sentido de que esse nome e a regulamentação criada pelo Banco Central valem apenas aqui”, assinale a alternativa correta sobre regência nominal e verbal:

- a) Em “exclusivo do Brasil”, o termo “exclusivo” estabelece regência nominal com a preposição “de”, indicando relação de pertencimento.
- b) Em “exclusivo do Brasil”, o termo “exclusivo” estabelece regência verbal com a preposição “de”, indicando relação de pertencimento.
- c) Em “regulamentação criada pelo Banco Central”, o termo “criada” exige a preposição “pelo” por estabelecer regência nominal com “Banco Central”.
- d) Em “esse nome e a regulamentação criada pelo Banco Central”, o verbo “criada” estabelece

regência verbal com “regulamentação” por meio da preposição “pelo”.

05

Considerando o trecho “Conheça os países que criaram métodos próprios para facilitar transações financeiras”, assinale a alternativa correta a respeito das formas verbais das palavras destacadas:

- a) “Conheça” está no presente do indicativo; “criaram”, no pretérito perfeito do indicativo; e “facilitar”, no infinitivo pessoal.
- b) “Conheça” está no presente do subjuntivo; “criaram”, no pretérito perfeito do indicativo; e “facilitar”, no infinitivo impessoal.
- c) “Conheça” está no modo imperativo; “criaram”, no pretérito perfeito do indicativo; e “facilitar”, no infinitivo impessoal.
- d) “Conheça” está no modo imperativo; “criaram”, no pretérito imperfeito do indicativo; e “facilitar”, no infinitivo pessoal.

06

“Provavelmente, os pesquisadores somente divulgarão os resultados quando tiverem cuidadosamente analisado todas as variáveis envolvidas.” Assinale a alternativa correta sobre os termos destacados em base no trecho acima:

- a) “Provavelmente” é advérbio de intensidade; “somente” é advérbio de afirmação; “cuidadosamente” é advérbio de modo.
- b) “Provavelmente” é advérbio de afirmação; “somente” é advérbio de intensidade; “cuidadosamente” é advérbio de dúvida.
- c) “Provavelmente” é advérbio de modo; “somente” é advérbio de exclusão; “cuidadosamente” é advérbio de intensidade.
- d) “Provavelmente” é advérbio de dúvida; “somente” é advérbio de exclusão; “cuidadosamente” é advérbio de modo.

07

Análise o contexto a seguir: “O diretor afirmou que sua opinião pessoal, particularmente individual, deveria prevalecer na decisão final, razão pela qual decidiu adiar novamente a reunião que já havia sido anteriormente adiada.” O vício de linguagem evidenciado no contexto é o seguinte:

- a) Ambiguidade, decorrente da possibilidade de atribuir diferentes interpretações sintáticas à construção apresentada

b) Cacofonia, decorrente da combinação inadequada de sons produzida pela sequência das palavras empregadas.

c) Pleonismo vicioso, decorrente da repetição desnecessária de ideias semanticamente equivalentes.

d) Barbarismo, decorrente do emprego inadequado de determinada palavra em desacordo com a norma-padrão.

08

Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está correto:

- a) A pesquisadora fez referência àquelas hipóteses anteriormente rejeitadas pela comissão.
- b) A pesquisadora começou à analisar aquelas hipóteses rejeitadas pela comissão anteriormente.
- c) A pesquisadora comunicou à todos os participantes as alterações feitas no regulamento.
- d) A pesquisadora retornou à uma hipótese que havia sido descartada pela comissão anteriormente.

09

“Aos candidatos que apresentaram os documentos dentro do prazo foram concedidas novas oportunidades pela comissão examinadora”, considerando a função sintática dos termos destacados, do trecho acima assinale a alternativa correta:

- a) “Pela comissão examinadora” exerce função de complemento nominal, enquanto “dentro do prazo” exerce função de objeto indireto.
- b) “Os documentos” exerce função de objeto direto, enquanto “aos candidatos” exerce função de adjunto adnominal.
- c) “Aos candidatos” exerce função de complemento nominal, enquanto “pela comissão” exerce função de agente da passiva.
- d) “Aos candidatos” exerce função de objeto indireto, enquanto “novas oportunidades” exerce função de sujeito.

10

“Ah! Embora os resultados fossem promissores, a equipe decidiu continuar investigando, pois ainda havia evidências contraditórias.” Conforme o trecho acima assinale a alternativa correspondente:

- a) “Ah!” é advérbio; “embora” introduz oração subordinada causal; “pois” introduz oração coordenada conclusiva.

- b) “Ah!” é interjeição; “embora” introduz oração subordinada concessiva; “pois” introduz oração coordenada explicativa.
- c) “Ah!” é interjeição; “embora” introduz oração subordinada causal; “pois” introduz oração coordenada alternativa.
- d) “Ah!” é conjunção; “embora” introduz oração subordinada concessiva; “pois” introduz oração coordenada conclusiva.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO– 05 QUESTÕES

11

Considere as proposições:

P: João estuda.

Q: João trabalha.

R: João pratica exercícios.

S: João descansa.

Considere a seguinte afirmação:

Não é verdade que:

João estuda e não trabalha nem pratica exercícios.

ou

Não é verdade que:

João estuda ou descansa, e não é verdade que ele trabalha e não pratica exercícios.

Aplicando as Leis de Morgan, assinale a alternativa correta:

- a) João não estuda, ou trabalha, ou pratica exercícios.
- b) João não estuda, ou trabalha, ou pratica exercícios; e João estuda ou descansa; e João não trabalha ou pratica exercícios.
- c) João estuda, ou trabalha, ou pratica exercícios; e João não estuda ou não descansa.
- d) João não estuda, ou não trabalha, ou não pratica exercícios; e João não estuda ou descansa.

12

Considere as proposições simples:

P: Ana estuda.

Q: Ana trabalha.

R: Ana faz exercícios.

Considere a proposição composta:

“Se Ana estuda e trabalha, então ela faz exercícios; e Ana não faz exercícios somente se não estudar ou não trabalhar.”

A partir da construção da tabela-verdade, assinale a alternativa correspondente a quantas linhas tornam a proposição composta verdadeira:

- a) 3 linhas.
- b) 4 linhas.
- c) 5 linhas.
- d) 6 linhas.

13

Uma indústria precisa preparar exatamente 18,75 kg de uma determinada mistura. Para isso, dispõe de três tipos de materiais, material A: cada embalagem contém 3,6 kg; material B: cada embalagem contém 750 g; material C: cada embalagem contém 150 g. A receita exige a utilização de 4 embalagens do material A e 4 embalagens do material B. O restante da massa necessária deverá ser completado utilizando somente embalagens do material C. O total de embalagens do material C para completar exatamente os 18,75 kg da mistura será de:

- a) 9 embalagens.
- b) 5 embalagens.
- c) 10 embalagens.
- d) 12 embalagens.

14

Uma empresa distribuiu R\$ 19.800,00 entre três funcionários. O segundo funcionário recebeu R\$ 1.200,00 a mais que o primeiro, e o terceiro recebeu o dobro da quantia recebida pelo primeiro, menos R\$ 600,00. Desta forma o primeiro funcionário recebeu:

- a) R\$ 4.500,00
- b) R\$ 4.800,00
- c) R\$ 5.000,00
- d) R\$ 5.200,00

15

Analise a expressão:

$$E = \sqrt{72} + \sqrt{50} - \sqrt{18} + \sqrt{8}$$

Após simplificar os radicais o valor de E é:

- a) $12\sqrt{2}$
- b) $8\sqrt{2}$
- c) $19\sqrt{2}$
- d) $10\sqrt{2}$

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES– 05 QUESTÕES

16

Considerando o estado de Santa Catarina sua organização territorial e suas características naturais, assinale a alternativa correta:

- a) Santa Catarina apresenta litoral atlântico, relevo diversificado e áreas de planalto, além de diferentes formações climáticas influenciadas pela latitude e altitude.
- b) Santa Catarina possui território predominantemente litorâneo, com extensas áreas de floresta equatorial e reduzida influência das variações de altitude sobre o clima.
- c) Santa Catarina caracteriza-se por extensas áreas semiáridas, baixa disponibilidade hídrica e predominância de vegetação adaptada à escassez prolongada de chuvas.
- d) Santa Catarina apresenta relevo essencialmente plano, ausência de serras expressivas e com influência marítima sobre suas condições climáticas regionais.

17

A cultura brasileira caracteriza-se pela diversidade resultante de diferentes processos históricos e pela interação entre grupos sociais que contribuíram para a formação da sociedade. Sobre essa característica, assinale a alternativa correta:

- a) A cultura brasileira apresenta origem predominantemente europeia, enquanto contribuições indígenas e africanas permanecem restritas a manifestações culturais regionais.
- b) A formação cultural brasileira ocorreu de maneira homogênea, produzindo manifestações semelhantes entre as diferentes regiões e grupos sociais do território nacional.
- c) A diversidade cultural brasileira está relacionada principalmente às migrações recentes, apresentando pouca influência dos processos históricos ocorridos durante a colonização.
- d) A cultura brasileira resulta de diferentes matrizes culturais, incluindo influências indígenas, africanas, europeias e de diversos grupos migrantes

18

Assinale a alternativa correspondente a relação entre a Independência de 1822, a Constituição de 1824 e a organização política do Primeiro Reinado:

- a) A Independência promoveu ampla ruptura com as estruturas coloniais, estabelecendo participação política universal e reduzindo imediatamente a influência das elites agrárias na condução do novo Estado brasileiro.

- b) A Independência preservou importantes estruturas sociais e econômicas, enquanto a Constituição de 1824 concentrou poderes no imperador e fortaleceu mecanismos de controle político das elites sobre a organização institucional.
- c) A Independência resultou principalmente de uma mobilização popular contra a escravidão, posteriormente consolidada pela Constituição de 1824, que estabeleceu direitos políticos amplos para trabalhadores livres e escravizados.
- d) A Independência eliminou a influência portuguesa sobre as instituições brasileiras, enquanto a Constituição de 1824 descentralizou o poder administrativo e ampliou significativamente a autonomia das províncias.

19

Considerando as características recentes da economia nacional, assinale a alternativa correta que expressa uma relação estrutural entre política fiscal, inflação e taxa de juros:

- a) A expansão fiscal tende necessariamente a reduzir a inflação brasileira, pois o aumento dos gastos públicos amplia a oferta agregada e elimina pressões decorrentes do crescimento da demanda interna.
- b) A política monetária possui efeitos exclusivamente cambiais, de modo que alterações na taxa básica de juros não interferem significativamente sobre crédito, consumo, investimento ou expectativas inflacionárias.
- c) Uma política fiscal percebida como pouco sustentável pode elevar expectativas de inflação e prêmios de risco, dificultando a condução monetária e contribuindo para a manutenção de juros elevados por períodos prolongados.
- d) A elevação da taxa básica de juros aumenta automaticamente o investimento produtivo, pois reduz o custo do crédito empresarial e estimula empresas a anteciparem projetos de expansão de capacidade.

20

O Brasil ocupa posição estratégica nas discussões ambientais internacionais devido à dimensão de seus biomas, à disponibilidade de recursos naturais e à importância de sua produção agropecuária. Nesse contexto, sobre os desafios contemporâneos relacionados ao desmatamento e às mudanças climáticas, assinale a alternativa correspondente:

- a) A redução do desmatamento em determinado bioma elimina automaticamente as emissões brasileiras de gases de efeito estufa, independentemente das emissões provenientes de atividades agropecuárias, energéticas e industriais.
- b) A expansão agropecuária apresenta impactos ambientais exclusivamente locais, pois alterações na cobertura vegetal brasileira não possuem relação significativa com o regime climático regional ou com as emissões globais de carbono.
- c) O combate ao desmatamento ilegal constitui estratégia relevante de mitigação climática, mas seus resultados dependem também de políticas relacionadas à produção agropecuária, energia, restauração florestal e ordenamento territorial.
- d) A conservação das florestas brasileiras depende prioritariamente da redução das atividades econômicas, uma vez que mecanismos de produção sustentável e recuperação ambiental apresentam pouca capacidade de conciliar conservação e desenvolvimento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO – 20 QUESTÕES

21

Considerando a distinção entre Poder Constituinte Originário e Derivado, bem como os limites impostos pela Constituição Federal ao processo de reforma constitucional, analise as proposições:

- I. O Poder Constituinte Originário caracteriza-se, em sua dimensão jurídica, pela ausência de limitações decorrentes da ordem constitucional anterior.
- II. O Poder Constituinte Derivado Reformador encontra limites materiais expressamente previstos na Constituição Federal.
- III. A proposta de emenda constitucional pode abolir a separação dos Poderes se houver aprovação por três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
- IV. A titularidade do Poder Constituinte Originário é atribuída ao povo, embora seu exercício possa ocorrer mediante representantes especialmente convocados para esse fim.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – F – V.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – V – V.

22

Um partido político com representação no Congresso Nacional pretende questionar, perante o Supremo Tribunal Federal, determinada lei federal anterior à Constituição de 1988, sob o argumento de que seu conteúdo viola preceitos fundamentais atualmente protegidos pela Constituição. Considerando as características dos instrumentos de controle concentrado, é correto afirmar que:

- a) A ADI é cabível contra qualquer lei anterior à Constituição, pois a incompatibilidade material superveniente transforma automaticamente a norma anterior em inconstitucional.
- b) A ADPF pode ser utilizada para evitar ou reparar lesão a preceito fundamental decorrente de ato do Poder Público, inclusive em situações nas quais a legislação anterior à Constituição seja objeto de análise.
- c) A ADC deve ser utilizada prioritariamente para reconhecer a não recepção de legislação anterior, desde que exista controvérsia judicial relevante sobre sua compatibilidade com a Constituição.
- d) A ADI e a ADC possuem exatamente o mesmo objeto e finalidade, distinguindo-se apenas pela legitimidade ativa dos respectivos autores e pelo procedimento utilizado no julgamento.

23

Um cidadão pretende obter informações pessoais a seu respeito constantes de banco de dados mantido por entidade governamental. A Administração, apesar de regularmente provocada, recusa o acesso e não apresenta justificativa constitucionalmente suficiente. Considerando os remédios constitucionais, analise as proposições:

- I. O habeas data é instrumento constitucional destinado, entre outras finalidades, ao conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registros ou bancos de dados de caráter público.
- II. O habeas corpus é cabível para proteger a liberdade de locomoção diante de ilegalidade ou abuso de poder.
- III. O mandado de segurança substitui necessariamente o habeas data sempre que a informação pretendida estiver sob posse de autoridade pública.
- IV. O habeas data pressupõe situação relacionada ao acesso, retificação ou complementação de

informações pessoais, observados os requisitos legais.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

24

Um Município editou ato administrativo discricionário autorizando determinada atividade econômica, fundamentando sua decisão expressamente em circunstâncias fáticas específicas. Posteriormente, constatou-se que tais circunstâncias jamais existiram. Considerando a teoria dos motivos determinantes, a situação deverá ser compreendida da seguinte maneira:

- a) A inexistência dos motivos indicados é juridicamente irrelevante, pois atos discricionários não podem ser submetidos a controle judicial quanto aos pressupostos fáticos.
- b) A Administração pode manter o ato independentemente da inexistência dos motivos declarados, porque a discricionariedade impede qualquer controle sobre a motivação administrativa.
- c) A validade do ato pode ser comprometida pela inexistência dos pressupostos fáticos expressamente indicados como fundamento, ainda que se trate de ato praticado no exercício de competência discricionária.
- d) A teoria dos motivos determinantes aplica-se exclusivamente aos atos vinculados, não alcançando atos discricionários ou decisões administrativas fundamentadas em razões de interesse público.

25

Sobre a organização administrativa e os consórcios públicos, considere as proposições:

- I. Autarquias são pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração Indireta, criadas por lei específica para o desempenho de atividades administrativas determinadas.
- II. Empresas públicas possuem personalidade jurídica de direito privado e podem assumir qualquer forma societária admitida em direito.
- III. Sociedades de economia mista possuem personalidade jurídica de direito público, sendo

constituídas obrigatoriamente sob a forma de sociedade limitada.

IV. Consórcios públicos podem ser constituídos pelos entes federativos para a realização de objetivos de interesse comum, observada a disciplina legal pertinente.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

26

Durante a execução de contrato administrativo, ocorre fato extraordinário e imprevisível, alheio à vontade das partes, que provoca significativo desequilíbrio econômico-financeiro da contratação. Considerando as teorias aplicáveis aos contratos administrativos, analise as proposições:

- I. A teoria da imprevisão pode fundamentar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro quando presentes seus pressupostos.
- II. Caso o evento decorra diretamente de atuação estatal geral que afete extraordinariamente o contrato, poderá ser analisada a ocorrência de fato do príncipe.
- III. A força maior corresponde necessariamente a qualquer alteração ordinária de preços previsível no mercado, ainda que não exista evento extraordinário.
- IV. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro constitui aspecto juridicamente relevante dos contratos administrativos, observadas as hipóteses previstas no ordenamento.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

27

Uma entidade pretende afastar determinada obrigação tributária alegando que sua atividade estaria protegida constitucionalmente. O Município sustenta que a hipótese corresponde apenas a benefício fiscal previsto em lei ordinária.

Considerando a distinção entre imunidade, isenção e não incidência, analise as proposições:

I. A imunidade tributária decorre diretamente da Constituição e limita o exercício da competência tributária.

II. A isenção, em regra, constitui hipótese de dispensa legal do pagamento do tributo, dentro do âmbito da competência tributária.

III. A não incidência e a imunidade são institutos absolutamente idênticos, pois ambas resultam necessariamente de uma lei ordinária que exclui determinada situação da tributação.

IV. A interpretação das imunidades tributárias deve considerar sua natureza constitucional e a finalidade das garantias que fundamentam sua existência.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

28

Um Município pretende instituir e cobrar IPTU sobre determinado imóvel localizado em sua área territorial. O contribuinte sustenta que o imóvel não se enquadra na hipótese de incidência do imposto. Considerando a regra-matriz de incidência tributária do IPTU, analise as proposições:

I. O IPTU possui como competência tributária os Municípios e o Distrito Federal.

II. O critério material relaciona-se à propriedade, ao domínio útil ou à posse de bem imóvel por natureza ou acessão física localizado na zona urbana.

III. O critério espacial do IPTU corresponde necessariamente a qualquer imóvel situado em território nacional, independentemente do ente tributante.

IV. O lançamento tributário constitui etapa relacionada à constituição do crédito tributário, não se confundindo com a própria hipótese de incidência.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – V.
- c) F – V – F – F.
- d) F – F – V – F.

29

Um Município pretende alienar determinado imóvel público que integra seu patrimônio e não está atualmente afetado à prestação de serviço público. Considerando o regime jurídico dos bens públicos, é correto afirmar que:

a) Todo bem público é absolutamente inalienável, independentemente de sua classificação, destinação ou observância das exigências legais pertinentes.

b) Bens públicos dominicais podem ser alienados, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos pela legislação, diferentemente dos bens afetados enquanto mantiverem sua destinação pública.

c) Bens de uso comum do povo podem ser livremente alienados pelo administrador, desde que exista interesse econômico demonstrado em procedimento administrativo simplificado.

d) A desafetação é juridicamente irrelevante para a alienação de bens públicos, pois todos possuem exatamente o mesmo regime jurídico, independentemente de sua finalidade administrativa.

30

Um cidadão ajuíza demanda buscando a efetivação de direito social constitucionalmente assegurado, alegando omissão estatal na implementação de política pública essencial. O ente público invoca genericamente a reserva do possível para afastar a pretensão. Sobre a questão, analise as proposições:

I. A reserva do possível não constitui fundamento automático para afastar a concretização de direitos fundamentais sociais.

II. A alegação de insuficiência de recursos deve ser acompanhada de demonstração concreta das limitações financeiras e orçamentárias relevantes.

III. O Poder Judiciário jamais pode determinar medidas destinadas à efetivação de direitos sociais, pois isso configuraria necessariamente violação à separação dos Poderes.

IV. A efetivação dos direitos sociais pode exigir ponderação entre limitações orçamentárias, núcleo essencial dos direitos e demais princípios constitucionais envolvidos.

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.

d) F – F – V – V.

31

Uma ação foi ajuizada sob a vigência do Código de Processo Civil de 2015. Durante o curso do processo, entrou em vigor nova legislação modificando determinado prazo processual. Considerando a aplicação da lei processual no tempo e o princípio do isolamento dos atos processuais, analise as proposições:

I. A norma processual nova possui aplicação imediata aos processos em curso, respeitados os atos processuais já praticados e as situações jurídicas consolidadas.

II. A alteração legislativa pode atingir automaticamente atos processuais já consumados, desde que o processo ainda não tenha sido sentenciado.

III. A aplicação imediata da lei processual não significa retroatividade da nova disciplina sobre atos anteriormente realizados.

IV. A lei processual vigente no momento da prática do ato constitui, em regra, o parâmetro para aferição de sua validade.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – V.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – V – V.

32

Uma empresa ajuizou ação perante determinado foro contratualmente escolhido pelas partes. O contrato contém cláusula de eleição de foro, mas a demanda foi posteriormente submetida a juízo diverso. A parte ré apresentou contestação sem alegar incompetência territorial. Considerando as regras de competência no processo civil, a solução adequada é:

- a) A incompetência relativa pode ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo, independentemente da manifestação da parte interessada ou do momento processual.
- b) A competência relativa jamais pode ser modificada pela vontade das partes, pois todas as regras de competência territorial possuem natureza absoluta e interesse exclusivamente público.
- c) A incompetência relativa deve ser alegada em preliminar de contestação, sob pena de

prorrogação, ressalvadas as hipóteses legais que autorizem tratamento processual diverso.

d) A incompetência relativa gera automaticamente nulidade absoluta de todos os atos processuais praticados, independentemente de prejuízo ou possibilidade de convalidação.

33

Em determinada demanda, três pessoas possuem relações jurídicas distintas, porém conectadas por uma mesma situação fática e jurídica. Uma delas pretende ingressar no processo para defender direito próprio relacionado à controvérsia, enquanto outra possui interesse jurídico na vitória de uma das partes, sem formular pretensão própria contra o adversário. Considerando o sistema de pluralidade de partes e intervenção de terceiros, é correto afirmar que:

a) Todo terceiro que possua interesse econômico na demanda deverá obrigatoriamente ingressar como litisconsorte, ainda que não seja titular de relação jurídica discutida no processo.

b) O litisconsórcio pressupõe necessariamente identidade absoluta entre os pedidos formulados pelos litigantes, inexistindo possibilidade de litisconsórcio com causas de pedir parcialmente distintas.

c) A assistência simples permite a participação daquele que possui interesse jurídico em que uma das partes seja vencedora, sem que o assistente se torne titular da relação jurídica principal discutida.

d) A intervenção de terceiros transforma automaticamente o interveniente em parte principal, conferindo-lhe os mesmos poderes processuais e materiais do autor originário.

34

Durante a instrução de um processo, determinada prova foi produzida sem observância de formalidade processual prevista em lei. A parte adversa alegou nulidade, mas não demonstrou qualquer prejuízo decorrente da irregularidade. Considerando o regime das nulidades processuais, analise:

I. O sistema processual civil valoriza a demonstração de prejuízo para o reconhecimento de determinadas nulidades.

II. Toda irregularidade formal produz automaticamente nulidade absoluta, ainda que o ato tenha atingido sua finalidade.

III. O juiz deve observar a finalidade dos atos processuais e as circunstâncias concretas ao avaliar eventual invalidade.

IV. A existência de vício processual não significa necessariamente que todos os atos posteriores serão automaticamente anulados.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – F – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – V – V.

35

Um servidor público efetivo pretende utilizar período contributivo anteriormente vinculado ao RGPS para completar os requisitos de aposentadoria no RPPS do ente em que atualmente exerce cargo efetivo. Sobre a matéria previdenciária, é correto afirmar que:

- a) A contagem recíproca permite utilização de períodos contributivos entre regimes, observadas as regras constitucionais e legais e a correspondente compensação financeira entre os regimes.
- b) O tempo de contribuição realizado no RGPS nunca pode ser aproveitado no RPPS, pois cada regime previdenciário possui autonomia absoluta e incompatível com qualquer forma de compensação.
- c) A contagem recíproca permite ao segurado utilizar simultaneamente o mesmo período contributivo para obtenção de benefícios completos em regimes distintos, independentemente de compensação.
- d) A utilização de tempo anterior depende exclusivamente de autorização administrativa do ente empregador, sendo dispensável a comprovação do vínculo e da contribuição realizada ao regime de origem.

36

Determinado servidor requer o reconhecimento de período não efetivamente trabalhado como tempo de contribuição, sustentando que a Administração deveria computá-lo para antecipar sua aposentadoria. Paralelamente, apresenta período efetivamente contribuído em outro regime previdenciário. Considerando as regras constitucionais previdenciárias, analise:

I. A contagem de tempo fictício para fins previdenciários é, como regra, vedada pelo texto constitucional.

II. A contagem recíproca de tempo efetivamente contribuído pode ser admitida entre regimes, observados os requisitos legais.

III. A existência de contribuição em regime diverso autoriza automaticamente o reconhecimento de qualquer período sem contribuição como tempo válido.

IV. A contagem recíproca não se confunde com criação artificial de tempo de contribuição inexistente.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – F – V – V.
- b) F – V – V – F.
- c) V – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

37

Um ente público pretende instituir vantagem previdenciária sem indicar fonte de custeio correspondente, argumentando que a medida representa ampliação da proteção social dos segurados. Considerando os princípios constitucionais da seguridade social, a solução juridicamente adequada é:

- a) A criação ou ampliação de benefício pode ocorrer independentemente de fonte de custeio, pois a proteção previdenciária prevalece sobre qualquer exigência de equilíbrio financeiro.
- b) A correspondência entre benefício e fonte de custeio possui relevância constitucional, sendo necessária a observância das exigências relativas ao financiamento quando houver criação ou majoração de benefício.
- c) A fonte de custeio somente é necessária para benefícios do RGPS, não alcançando os regimes próprios de previdência dos servidores públicos efetivos.
- d) O princípio da precedência da fonte de custeio aplica-se apenas aos benefícios assistenciais, sendo inaplicável às prestações de natureza estritamente previdenciária.

38

Uma pessoa recebe aposentadoria decorrente de vínculo submetido a determinado regime previdenciário e passa a ter direito a pensão por morte decorrente de outro vínculo previdenciário. Considerando as regras constitucionais atuais sobre acumulação de benefícios, analise:

I. A possibilidade de acumulação depende da natureza dos benefícios e dos regimes envolvidos, não sendo possível concluir pela vedação ou autorização apenas pela existência de duas prestações.

II. A Constituição estabelece hipóteses específicas de acumulação e regras próprias para cálculo do benefício de menor valor em determinadas situações.

III. Toda acumulação de aposentadoria e pensão é constitucionalmente proibida, independentemente da origem dos benefícios.

IV. A análise da acumulação deve considerar também as regras constitucionais aplicáveis ao benefício mais vantajoso e aos percentuais incidentes sobre os demais.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – V – F – V.
- b) V – F – V – F.
- c) F – V – F – V.
- d) F – F – V – V.

39

Um particular pretende discutir judicialmente determinada pretensão contra a Administração Pública. O órgão administrativo responsável pelo assunto entende que a existência de procedimento administrativo impediria automaticamente o cidadão de recorrer ao Poder Judiciário. Considerando jurisdição e acesso à Justiça, analise as proposições:

I. A jurisdição é função estatal destinada à solução de conflitos e à aplicação do Direito aos casos concretos.

II. O princípio da inafastabilidade da jurisdição impede que a lei exclua da apreciação judicial lesão ou ameaça a direito.

III. A existência de procedimento administrativo impede necessariamente o ajuizamento de ação judicial sobre a mesma matéria.

IV. A jurisdição possui características como substitutividade, imperatividade e atuação mediante órgãos estatais competentes.

Assinale a alternativa correta conforme a sequência:

- a) V – F – V – V.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – V.
- d) F – F – V – F.

40

Um servidor público pretende aposentar-se sustentando que, por ter recebido determinada remuneração elevada durante os últimos anos de atividade, possui automaticamente direito à aposentadoria correspondente à sua última remuneração, sem aplicação de critérios de cálculo ou limites constitucionais. Considerando as regras previdenciárias, a conclusão juridicamente adequada é:

a) A última remuneração sempre corresponde automaticamente ao valor do benefício, independentemente da regra de aposentadoria aplicável, do regime previdenciário ou das contribuições realizadas.

b) O valor do benefício deve ser necessariamente inferior à remuneração do servidor em qualquer hipótese, pois a Constituição impede que aposentadorias alcancem valores equivalentes à remuneração.

c) A integralidade é regra universal dos regimes próprios, razão pela qual todos os servidores têm direito à aposentadoria calculada pela última remuneração independentemente da data de ingresso.

d) O cálculo depende da regra constitucional aplicável, do regime previdenciário e dos critérios de apuração da base contributiva, podendo existir limites e requisitos específicos para integralidade e paridade.